

# Economia em Debate

## nº 240

(27/03/2018)

***Economia em Debate*** é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



**Eduardo Rocha**  
**Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**

## **‘2019 será o ano da verdade para o Brasil’**

**O Estado de S. Paulo - 27/03/2018**

A Bolsa brasileira caminha para ter um desempenho muito positivo em 2018, apesar da volatilidade que as eleições presidenciais podem causar, na visão de Emy Shayo, estrategista para América Latina e Brasil do banco americano JP Morgan. Ela tem uma recomendação de compra da Bolsa brasileira, baseada num cenário externo benigno e na perspectiva de um crescimento forte nos lucros das empresas brasileiras. No seu cenário mais otimista, o Ibovespa pode chegar a 97.100 pontos ao fim de 2018. A seguir, os principais trechos da entrevista.

### **O JP Morgan tem uma recomendação de compra para a Bolsa brasileira? Por quê?**

No JP Morgan, gostamos de dizer que os investidores em mercados emergentes são turistas do crescimento. Temos observado que as economias emergentes têm crescido acima das dos países desenvolvidos. Onde entra o Brasil nisso? Entre todos os países emergentes, principalmente os mais relevantes, o Brasil está apresentando o maior delta de crescimento: o PIB cresceu 1% no ano passado e deve crescer 3% neste ano, que é a nossa estimativa. Essa diferença de 2 pontos torna o Brasil muito atraente em termos de investimentos. Comparando com outros mercados emergentes, a Bolsa brasileira oferece a maior perspectiva de crescimento de lucros das empresas.

### **Como as eleições presidenciais podem afetar a Bolsa ao longo deste ano?**

A corrida presidencial pode afetar a Bolsa em particular pelo grande nível de incerteza. Não sabemos quem pode chegar ao segundo turno nem ao menos quem são os candidatos hoje. Mas uma mensagem importante é a seguinte: os investidores estrangeiros acreditam que as pessoas no Brasil já entenderam que as reformas são necessárias. E mesmo os principais candidatos têm, de uma forma ou de outra, uma plataforma reformista. Podese dizer que, obviamente levando em conta as diferenças entre os candidatos, de um jeito ou de outro, o resultado das eleições será um que estará no caminho das reformas.

### **O que vai pesar mais na Bolsa, o cenário externo ou fatores locais, como as eleições?**

Até a metade do ano, no mínimo, as questões globais ainda vão ter um peso importante, exatamente por esse nível elevado de incertezas em torno das eleições presidenciais.

### **Em março, até o dia 20, os investidores estrangeiros já haviam retirado quase R\$ 4,5 bilhões da Bolsa brasileira. Como explica isso?**

Assim como a nossa recomendação para a Bolsa, os investidores estrangeiros estão com uma posição de compra ou “overweight” no Brasil, isto é, tem uma

alocação maior do que recomendaria o índice. O que talvez esteja acontecendo é que os investidores estrangeiros talvez estejam retirando dinheiro do mercado ativo, isto é, de compras diretas de ações, como se pode observar nos dados reportados pela B3, porém estão com uma carteira mais balanceada, uma vez que estamos observando uma certa criação de ETFs. Não ameniza esse grande fluxo que estamos vendo de saída na B3, mas não acho que seja preocupante, pois estamos vendo um fluxo forte para fundos de mercados emergentes. Em 2018, já entraram US\$ 41 bilhões em fundos de mercados emergentes. Em 2017, foram US\$ 80 bilhões. O Brasil corresponde a 7,5% do índice de mercados emergentes. Então não é possível que dinheiro esteja entrando nos mercados emergentes e não chegue ao Brasil.

**Nos últimos dias, o Ibovespa tem tido muita dificuldade de subir e superar a resistência dos 87 mil pontos. Mas após as reuniões de política monetária do Fed e do Copom, que foram favoráveis aos ativos de risco, até onde o Ibovespa pode chegar?**

No JP Morgan, trabalhamos com bandas para a Bolsa. Aos 87 mil pontos, o Ibovespa está no cenário base (86.400 pontos) que traçamos em novembro passado. Jamais imaginei que em março a Bolsa já atingiria o nosso cenário base. O que aconteceu? O crescimento da economia mundial foi melhor que o esperado, levando a um aumento dos preços de commodities. E o Ibovespa tem um peso importante de commodities, mesmo comparado aos outros mercados emergentes. A Bolsa brasileira é a que tem maior peso de commodities no índice, mais do que a Rússia até. O nosso cenário otimista para o Ibovespa é de 97.100 pontos no fim deste ano. O pessimista é em torno de 65.300 pontos. Fazemos uma revisão dos nossos “targets” (alvos ou metas) duas vezes ao ano, em novembro e em junho, e acredito que teremos uma revisão para cima, exatamente pelo desempenho dos preços de commodities, os quais não estavam no nosso tabuleiro quando traçamos as expectativas para este ano.

**Tudo indica que 2018 será um ano positivo em termos de desempenho da Bolsa. E para 2019? Sem aprovar a reforma da Previdência, é possível a Bolsa manter o fôlego de alta?**

2019 será o ano da verdade para o Brasil. Precisamos ter alguém que venha e confirme que o País vai cuidar das suas contas fiscais. O que está em jogo nesta eleição é o Brasil poder manter esse ciclo de juros estruturalmente baixos. É normal se houver um aperto monetário de, digamos, 1 ou 2 pontos percentuais, o que é normal no ciclo de negócios. O importante é não voltarmos a ter juros elevados como havia antes. Para isso acontecer, tem que mexer no fiscal. O Brasil não vai tolerar passar 2019 sem ter mudanças importantes na área fiscal. Por isso, a reforma da Previdência é essencial. Apesar de termos falado sobre ela em 2017 inteiro, puxamos esse tema para frente, entendendo que não houve acordo político para sua votação num ano eleitoral, mas isso vai ser cobrado no dia seguinte à votação do segundo turno das eleições.

## **Passada a crise, bancos começam a procurar clientes para oferecer crédito**

**O Estado de S. Paulo - 27/03/2018**

Depois de passar os últimos anos segurando a concessão de crédito, os bancos passaram a procurar os clientes para oferecer empréstimos. O movimento começa a aparecer aos poucos nos dados do Banco Central, que, ontem, revisou para cima a projeção de crescimento para o crédito livre, em que as taxas são definidas pelas próprias instituições financeiras. A alta deve ser de 6% este ano e não de 4%, como o BC havia previsto.

“Antes os gerentes não visitavam as empresas para oferecer crédito, agora todos estão fazendo isso, embora as taxas continuem elevadas”, disse o diretor da Associação Nacional de Executivos de Finanças e Contabilidade (Anefac), Miguel Ribeiro de Oliveira. Nos financiamentos ao consumidor, ele tem observado uma flexibilidade maior nas concessões. “Há um ano, de cada dez fichas, os bancos aprovavam duas. Agora, aprovam cinco.”

Os gerentes do Itaú Unibanco desde o ano passado visitam os empresários com um tablet para agilizar as operações de crédito. “Temos estimulado bastante a visita na própria empresa”, diz André Daré, diretor do banco. “Em negócios de pequeno e médio porte, que faturam entre R\$ 1,2 milhão e R\$ 30 milhões, estimulamos que o gerente esteja presente, veja a saúde financeira e se perceber a necessidade de capital de giro, por exemplo, ele pode oferecer e contratar o crédito no próprio momento da visita.”

Os dados do BC mostram que a retomada da oferta de crédito ao consumidor começou primeiro, no segundo semestre de 2017. Já a volta do financiamento para empresas ocorreu a partir do último trimestre, depois de um longo período de aperto. Nos três meses encerrados em fevereiro, o volume de novos financiamentos aprovados para empresas cresceu 7,4% em relação ao trimestre móvel anterior. Para o consumidor, a alta foi de 0,9%.

Efeito Selic. Com a queda na taxa básica de juros, que na semana passada recuou para 6,5% ao ano, a mínima histórica, aplicar em títulos públicos ficou menos rentável para os bancos, obrigando as instituições financeiras a aumentar a disposição de emprestar, na tentativa de compensar as perdas.

O diretor de Empréstimos e Financiamentos do Bradesco, Leandro José Diniz, disse que o banco está mais acessível nos empréstimos. Questionado se o banco estaria mais agressivo no crédito, especialmente a empresas, ele explicou que os gerentes estão sempre visitando os clientes. “Quando o mercado melhora, a gente acompanha também.”

No caso do consumidor, a melhora do cenário se refletiu em prazos mais longos no crédito pessoal sem garantias na carteira do banco. “De setembro para cá o prazo médio de 18 meses está indo para 34, porque o cliente se sentiu mais confortável.”

Eduardo Jurcevic, superintendente executivo de produtos de Crédito à Pessoa Física do Santander, enfatizou que o banco nos últimos 12 meses já vinha numa “toada bastante forte” no crédito e que não mudou os modelos de risco na concessão por causa da melhora do quadro econômico.

No entanto, ele disse que está no radar do banco um alongamento de prazos de pagamento. Os prazos médios do consignado e do crédito pessoal estão em 70 e 28 meses, respectivamente. “Não vejo motivos para não subir prazos em 20%.”

## **Consumo pode garantir avanço de 3% do PIB**

### **O Estado de S. Paulo - 27/03/2018**

Pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) indicou que a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) cresceu 1,1% na passagem de fevereiro para março, atingindo 88 pontos, abaixo da marca ideal de 100 pontos. Observa-se, todavia, que, em comparação com março de 2017, o ICF registrou aumento de 12,6%, um salto notável interpretado como uma mudança no ritmo de evolução das vendas.

O Grupo de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) prevê que o já sensível aumento do consumo privado deve se acentuar nos próximos meses, carreando investimentos e agindo como propulsor do crescimento econômico em 2018. Os fundamentos para isso são a inflação sob controle, os juros em queda, a redução do endividamento das famílias como proporção de sua renda e comportamento mais favorável do mercado de trabalho.

O Ipea assinala como principal resultado positivo do primeiro bimestre a taxa de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que não passou de 0,61% no período, fazendo a taxa acumulada em 12 meses recuar para 2,84%. Há sinais de alta dos preços dos alimentos em março e nos próximos meses (em 2017, a variação foi negativa). Esse fato, contudo, não deve afetar seriamente a inflação, que o Ipea projeta em 3,6% no ano.

Essa taxa está bastante próxima da que vem sendo prevista por economistas do mercado financeiro consultados semanalmente pelo Banco Central para a elaboração do boletim Focus. A projeção vem caindo há oito semanas e, no mais recente boletim, ficou em 3,57%.

No cenário desenhado pelo Grupo de Conjuntura do Ipea, o Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer 1,9% no primeiro trimestre, puxado pelo aumento do consumo das famílias (3,4%), pelo investimento agregado (4,3%) e pelos avanços da indústria (2,6%) e dos serviços (2,4%).

Com a continuidade da recuperação nos trimestres seguintes, o consumo privado deve manter uma taxa positiva de 3,4% e os investimentos avançarem mais, fechando o ano com uma taxa acumulada de 4,5%, compensando a

queda de 2,2% da agropecuária. Já o consumo do governo deve ter crescimento nulo.

Na visão do Ipea, o PIB deverá ter um crescimento de 3% em 2018, taxa que poderá ser mantida em 2019.

## **Demanda por crédito cresce em fevereiro e juros sobem**

**O Estado de S. Paulo - 27/03/2018**

Embora o juro básico da economia, a Selic, esteja no menor patamar da história, tomar um empréstimo no banco voltou a ficar mais caro no mês de fevereiro. Dados apresentados ontem mostram que, com o início do ano, brasileiros voltaram a ficar sem dinheiro na conta e passaram a usar linhas emergenciais e mais caras, como o cheque especial e o rotativo do cartão. Com a maior demanda, o juro às pessoas físicas subiu.

O juro médio pago pelos consumidores aumentou pelo segundo mês seguido e atingiu 57,7% em fevereiro. Entre as linhas mais populares, o crédito pessoal e o cartão de crédito ficaram mais caros no mês passado. O rotativo subiu 5,9 pontos, para 333,9% ao ano. Já o parcelado do cartão teve alta de 6,5 pontos e atingiu 174,3% – o maior patamar da história.

“Os juros do cartão de crédito são altos, e a orientação é que o rotativo do cartão de crédito é uma forma emergencial que deve ser evitada. Existem outras modalidades com juros menores

Cautela

e prazos mais longos”, recomendou o chefe do departamento de estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha.

O técnico explicou que o juro mais alto no cartão em fevereiro foi resultado especialmente da atuação mais forte de instituições que cobram taxas mais altas, o que elevou a média do mercado para cima. O técnico, porém, não citou nomes de instituições financeiras.

Apesar da alta do juro médio, algumas operações ficaram mais baratas. O cheque especial, por exemplo, caiu o juro médio de 0,6 ponto, para 324,1% ao ano. Já o juro médio para as empresas teve ligeiro recuo em fevereiro, de 0,1 ponto, para 22,2% ao ano. Com a inflação controlada e a retomada, mesmo que lenta, da economia, o Banco Central deu sequência ao ciclo de afrouxamento monetário, reduzindo a Selic ao mínimo histórico de 6,5% ao ano na semana passada. No início de fevereiro, o BC já havia reduzido a Selic em 0,25 ponto percentual.

“(…) A orientação é que o rotativo do cartão de crédito é uma forma emergencial.” Fernando Rocha CHEFE DO DEP. DE ESTATÍSTICAS DO BANCO CENTRAL

## **BC tabela operação de débito**

### **O Estado de S. Paulo - 27/03/2018**

A tarifa que bancos recebem em operações com cartão de débito ficará, em média, em 0,5% do valor da compra. Hoje é de 0,82%.

O Banco Central anunciou um pacote de ações para reduzir o custo para o recebimento de pagamentos no cartão de débito e, assim, incentivar essa operação no comércio. A instituição tabelou a tarifa que bancos recebem das empresas que operam as máquinas de leitura de cartão, as chamadas credenciadoras. A medida deve reduzir em 40% a receita dos bancos com esse serviço, que gerou R\$ 3,53 bilhões em 2016. Em oito anos, essa receita saltou 317%.

O pacote de ações para reduzir custos e incentivar o uso do cartão de débito atuará em uma taxa que não é vista pelo consumidor nem pelo lojista, mas é paga pelos dois. A chamada taxa de intercâmbio é desembolsada pelas empresas que operam as maquininhas no varejo – as credenciadoras – às instituições que emitem os cartões – os bancos e cooperativas.

Dados de 2016 mostram que essa taxa ficou, em média, em 0,82% do valor da compra. Com o novo desenho, a média deverá obrigatoriamente cair para 0,50% e a taxa máxima só pode atingir 0,80% da operação a partir de 1.º de outubro.

Apesar de ser pago por empresas como Cielo e Rede aos bancos, esse valor não é negociado entre as duas partes. A taxa é decidida por um terceiro agente: a bandeira – como Visa, Mastercard e Elo. Com esse desenho, há espaço para que bandeiras elevem propositadamente sua taxa de intercâmbio para incentivar bancos a operarem mais cartões com suas marcas. Assim, instituições financeiras ganham mais se emitirem plásticos justamente da bandeira com a taxa mais cara.

Ao anunciar a medida, o chefe adjunto do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos do BC, Carlos Eduardo Brandt, explicou que a concorrência vista atualmente entre as maquininhas conseguiu reduzir a taxa final cobrada do lojista para receber no cartão, mas a competição não alcançou os custos entre credenciadora e banco.

O diretor de Política Monetária, Reinaldo Le Grazie, disse que a redução do custo deverá ser repassada pelas credenciadoras – são mais de dez atualmente – ao varejo, que, assim, pagará menos para receber no débito. O menor custo seria um incentivo para que o comércio passe a oferecer preços menores caso o cliente opte pelo pagamento com o débito.

Ao anunciar a medida, o diretor comentou que o tabelamento de preços já foi adotado em outros mercados. “Consideramos uma intervenção de baixo risco.”

Efeitos. Analistas do banco suíço UBS avaliam que o pacote de medidas é negativo para o resultado dos bancos, que faturarão menos. Os economistas

notam que, como a regra não impõe redução da taxa ao varejo, um desdobramento da medida pode ser a criação de mais margem de lucro das credenciadoras. Outro efeito possível é a redução das taxas pagas pelo varejo para receber o cartão – exatamente o que quer o BC, o que pode acontecer em horizonte de um a dois anos.

## **Eletrobrás lança PDV para cortar 3 mil** **O Estado de S. Paulo - 27/03/2018**

A Eletrobrás lançou ontem o segundo plano de demissão voluntária da gestão do atual presidente, Wilson Ferreira Júnior, com o objetivo de preparar a empresa para ser privatizada no segundo semestre deste ano. É o primeiro plano de demissão voluntária em massa após a nova lei trabalhista, implantada em novembro do ano passado.

O Plano de Demissão Consensual (PDC) anunciado pela estatal tem menos vantagens do que o anterior, lançado em meados de 2017, mas é melhor do que determina a nova lei trabalhista. O objetivo é conseguir a adesão de 3 mil funcionários e com isso obter economia anual de R\$ 890 milhões, informou a estatal. A redução a tornaria mais enxuta e atraente ao mercado para uma futura oferta de ações.

Atualmente, excluindo as seis distribuidoras que serão vendidas em abril e a Hidrelétrica Binacional Itaipu – subsidiárias não incluídas no novo plano –, a Eletrobrás tem 16 mil empregados. No Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE), lançado em maio de 2017, a empresa conseguiu a adesão de 2.108 funcionários. A economia anual foi de R\$ 880 milhões, metade do que tinha planejado.

Na avaliação do diretor da Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel), Emanuel Mendes, o novo plano deve ter uma adesão mais baixa. Desta vez, o resultado poderá ser ainda pior, “O plano de incentivo é muito fraco. Os empregados mais antigos já saíram e os mais jovens não vão querer sair com esse incentivo”, disse.

Enquanto o primeiro plano ofereceu uma indenização mínima de R\$ 175 mil a cada empregado, o novo plano reduziu o piso para R\$ 130 mil. As outras vantagens são bem parecidas com as do primeiro plano, apesar da nova lei trabalhista, mas não suficientes para fazer funcionários mais novos deixarem o emprego em meio à crise que o País está vivendo, disse o diretor.

Pela nova lei, a Eletrobrás teria o direito de pagar apenas 20% de multa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e pagar aviso prévio referente a 15 dias. Para incentivar a adesão, a estatal manteve o pagamento da multa sobre o FGTS em 40%, como era antes da nova lei, e vai pagar 100% de aviso prévio, e não os 50% permitidos por lei desde novembro.

Além do FGTS e aviso prévio, os empregados que aderirem ao PDC terão garantia de 60 meses de assistência médica.



Na Justiça. De acordo com a nova legislação trabalhista, as demissões não precisam ser homologadas no sindicato. Para o consultor e advogado trabalhista Vitor Farjalla, isso pode ser um problema no futuro. “A empresa não vai ter a proteção da lei se o sindicato não participar do ato jurídico das demissões”, disse. “Os empregados podem entrar na Justiça e reivindicar mais direitos.”

A falta de obrigatoriedade de acordo com o sindicato também foi apontada pela advogada responsável pela área trabalhista do escritório Schmidt Valois, Fernanda Leite, como um das principais diferenças com a antiga lei. Para ela, no entanto, ao contrário de Farjalla, a partir do momento que o empregado faz a adesão está concordando com as novas regras.

“Um empregado com mais de 10 anos de casa poderia gerar reclamações mais expressivas para a empresa, mas com a possibilidade de rescisão contratual consensual, não vejo nenhuma ilegalidade”, afirmou. Ressaltou, porém, que a questão ainda gera controvérsias.

“Somos contra esse plano porque faltou debate com os empregados”, afirmou Emanuel Mendes.

## **Salários do funcionalismo serão alvo após reforma da Previdência**

**Valor Econômico - 27/03/2018**

Já é praticamente consenso entre os economistas do governo encarregados da gestão fiscal que, após a reforma da Previdência, a nova administração que assume o país em janeiro de 2019 terá que se debruçar sobre a reforma da folha de salário do funcionalismo público.

O governo geral - União, Estados e municípios - é responsável por cerca de 30% da massa salarial do país (foram R\$ 798 bilhões em 2015) e emprega 20% da força de trabalho com carteira assinada (um contingente de 10,5 milhões de pessoas em 2015). A despesa total com ativos e inativos chega a 15% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que a União responde por 4,5% do PIB. Os Estados gastam o equivalente a 6,3% do PIB e os municípios, 4,3% do PIB.

Hoje, esse é o tema de um debate na FGV/SP sobre propostas de reformas para destravar o Brasil - uma série de discussões que começou no mês passado e vai durar até junho. O ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa vai apresentar um estudo em que ele cita os números acima e sugere o que deveria ser, no seu entender, os princípios da nova política de pessoal do setor público.

Para começar, seria instituído um teto para o aumento global da folha de salários, com base nas metas de gasto definidas pelo governo, com prazo de quatro anos. Um comitê independente de remuneração do serviço público, com representantes do setor privado, governo e sindicatos, seria criado para assessorar o presidente da República. E haveria, no longo prazo, um

alinhamento entre a remuneração do setor público e a do setor privado, sendo que os reajustes dos servidores seguiriam a variação dos salários no setor privado.

Ao comitê de remuneração caberia elaborar propostas para reorganizar as carreiras e a remuneração dos servidores civis, com início em 2020.

A folha de pagamento é o principal gasto do governo geral e a segunda maior despesa da União, atrás da Previdência. Os servidores ativos respondem por 30% do gasto primário e os inativos, 13%. O funcionalismo, portanto, representa 43% da despesa primária do setor público, que tem crescido acima do PIB nos últimos anos.

Estável desde 2015, o teto de remuneração deverá ser reajustado substancialmente após as eleições, lembra Barbosa. O próximo governo terá que enfrentar uma nova rodada de negociações com os servidores no ano que vem.

A revisão do teto de remuneração federal deve contemplar a eliminação de "penduricalhos" e sua definição seria restrita ao Congresso Nacional, com base em recomendação do presidente da República, ouvido o parecer do comitê independente.

Essa não é uma tarefa trivial, assinala o ex-ministro. São mais de 120 carreiras - com grande dispersão de salários para funções semelhantes - e um número praticamente igual de sindicatos de servidores com grande poder de pressão sobre o Congresso. Tal fragmentação produz uma corrida insana por reajustes salariais, em busca de isonomia.

Há, também, distorções na remuneração para cargos de chefia, que hoje ganham menos do que o salário de entrada em várias "carreiras de Estado". O quadro assume caráter de urgência diante da constatação de que quase 42% dos servidores efetivos poderão se aposentar nos próximos quatro anos, com base nas atuais regras de Previdência do setor público.

## **País precisa de mais R\$ 250 bi por ano para infraestrutura Valor Econômico - 27/03/2018**

O país precisa recuperar terreno tanto na direção do desenvolvimento tecnológico quanto na expansão dos investimentos, que caíram de uma taxa de cerca de 21% do PIB, em 2013, para 15,5%, no fim de 2017. Para o economista e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, será necessário acrescentar sete pontos percentuais do PIB em investimento para atender às necessidades do país hoje. Só na infraestrutura, ele estima que será preciso investir mais 3,5% do PIB. Isso porque, no ano passado, foi algo como 1,5% do produto e o nível ideal, para se alcançar o crescimento sustentado, seria 5% do PIB.

"Se levar em conta um PIB médio de R\$ 7 trilhões, significa que precisaríamos de R\$ 250 bilhões adicionais para infraestrutura", diz Coutinho, que também é consultor e professor da Unicamp. Nesse cenário, ele analisa, haverá espaço e necessidade - tanto para o apoio do BNDES quanto de um mercado de capitais, bem maior do que se vê hoje, para dar conta do financiamento dos projetos. "É preciso ter uma âncora importante para sustentar isso, o que não exclui o mercado, ao contrário."

Embora com alguma ponderação, Coutinho defende o BNDES de críticas recorrentes, como as que são feitas ao Programa de Sustentação do Investimento (PSI): "Houve um período curto em que as taxas de alguns programas pontuais talvez tenham ficado baixas demais, mas isso não impediu que, em seu conjunto, o efeito do PSI tenha sido positivo". Sobre as investigações feitas pela Operação Bullish, ele afirma ter "absoluta confiança de que prevalecerá no fim a compreensão a respeito da lisura de todos os processos na instituição".

Neste momento, Coutinho trabalha, ao lado de outros economistas, num grande projeto encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Batizado de "Indústria 2027", faz uma espécie de mapeamento para desenvolver a chamada Indústria 4.0, um novo paradigma global de produção digitalizada e conectada via internet, com a possibilidade de virtualizar o processo produtivo dentro de grandes unidades, incluindo a cadeia de fornecedores e distribuidores. É um campo em que o Brasil está bastante atrasado. A seguir, trechos da entrevista:

### **Valor: Como é o plano que o sr. está traçando para a indústria?**

Luciano Coutinho: Um trabalho grande, interessante, com a CNI, que envolveu em primeiro lugar uma prospectiva de oito clusters tecnológicos: internet das coisas, manufatura avançada e conectada, além da indústria 4.0, manufatura aditiva, o processo todo de virtualização da inteligência artificial, 'big data' e as tecnologias de rede, incluindo 5G. Esses são os clusters ligados à tecnologia de informação. Tem outros: biotecnologia avançada, genética, todo um complexo importante, novo, que vai impactar completamente medicina, zootecnia, genética vegetal. Impactos projetados para um horizonte um pouco mais longo, mas importantes, na nanoquímica, nanobiologia. Separamos dois outros blocos com relevância para vários setores, e a conservação de energia, que tem dupla entrada. Porque o carro elétrico depende de bateria e a internet das coisas depende de pequenas baterias, que precisam durar dez anos.

### **Valor: É plano de longo prazo...**

Coutinho: Meio que forçamos os consultores a estimar impactos já para dez anos, porque sempre querem pensar em 20, 30 anos. É muito longe, queríamos forçar um pouco a reflexão de impacto mais imediato. Para não ficarmos só na visão de um consultor, fizemos 'brainstorm' com outros pares para definir o escopo e depois discutir o relatório. Com base nesse acervo de prospectiva tecnológica, fizemos um estudo, um cruzamento pegando dez

complexos industriais relevantes do Brasil, os agronegócios, a parte de insumos básicos. Escolhemos grandes setores. Mas sempre com foco onde o Brasil tem oportunidades, o complexo de bens de capital brasileiro, olhando máquinas agrícolas, máquinas elétricas, o setor automotivo, com foco nos veículos leves.

**Valor: Estamos atrasados nisso..**

Coutinho: Foi feita uma pesquisa de campo focada na adoção da manufatura avançada com cerca de 800 empresas. Só 1,6% da amostra tem processos em curso de adoção de [tecnologia] 4.0. Há uns 20 e poucos por cento com planos para implantar dentro de um horizonte de dez anos - são aquelas que não têm plano hoje, mas têm algo formulado e esperam em 2027 estar chegando lá. E tem outro pedaço que começou a tomar consciência do que está acontecendo, mas ainda não tem um plano. E tem uma quarta parte para quem a ficha sequer caiu, porque a preocupação em sobreviver é muito grande. O grau de consciência cresce velozmente. Mas estamos muito atrasados [no processo da indústria 4.0].

"Para que o país cresça 4,5% firmemente, tem que haver investimento de infraestrutura sustentado de 5% do PIB"

**Valor: Está sendo pesquisada experiência internacional?**

Coutinho: Fizemos também juntamente com a OCDE um levantamento do que os países estão fazendo em políticas de inovação e ciência e tecnologia e ao mesmo tempo contratamos [a universidade de] Cambridge para fazer uma varredura em programas específicos. O objetivo era ver como esses programas de inovação foram tocados, ferramentas usadas, porque existe um uso intenso de ferramentas de fomento, desde subsídio... Falar isso hoje, na situação fiscal brasileira... Mas a longo prazo é preciso entender o que todo mundo está fazendo, pensando em políticas consistentes de inovação.

**Valor: O Brasil vive uma crise fiscal, o BNDES vem sendo desidratado, ainda há preocupação em como financiar a infraestrutura?**

Coutinho: O Brasil precisa investir muito mais em infraestrutura. O consenso é que é necessário investir pelo menos 5% do PIB ao ano. Vale lembrar que a taxa de investimento caiu de 21% para 15,5% [do PIB, durante a crise]. Para voltar para 21%, 22%, precisamos botar sete pontos adicionais de percentagem do PIB em investimento a cada ano. Desses 7 pontos, 3,5 têm que ser de infraestrutura, porque no ano passado investimos algo como 1,5, de acordo com as contas do [consultor da Inter B, Claudio] Frischtak, bem aquém do que o necessário. Se hoje eu pegar o PIB médio, vá lá, de R\$ 7 trilhões, significa [que é preciso investir] R\$ 250 bilhões adicionais só em infraestrutura. Quem financia isso?

**Valor: Quem?**

Coutinho: Considerando que infraestrutura tem um 'duration' médio de mais de 10 anos, que energia eólica e PCH têm de 10 a 15 anos e hidroelétrica grande

tem de 20 a 30 anos, quem vai dar suporte a esses investimentos, se não há uma âncora de longo prazo? São R\$ 250 bilhões adicionais ao ano. Supondo que o setor privado entre com 25% de 'equity', isso dá aproximadamente R\$ 60 bilhões. Sobram R\$ 190 bilhões de financiamento. Supondo, de maneira otimista, que o mercado dá conta de metade disso, estou falando de R\$ 90 bilhões a R\$ 95 bilhões ao ano de BNDES e R\$ 95 bilhões ao ano de mercado de capitais. Se quisermos levar a sério, que o país cresça 4,5% firmemente, tem que chegar a um investimento de infraestrutura sustentado de 5%. Existe lugar para o BNDES e para o mercado de capitais. Supondo que o BNDES financie 35% do bolo, será necessário um BNDES de uns R\$ 160 bilhões somente em infraestrutura, se considerar o investimento privado que virá em um ciclo de crescimento adicional - isso obviamente supondo que a gente tenha reforma da Previdência, um quadro fiscal consistente. O desafio é tamanho que fica óbvio que uma desidratação do BNDES é um desserviço ao futuro do Brasil. É preciso ter uma âncora importante para sustentar isso, o que não exclui o mercado.

**Valor: Houve uma crítica de que o banco ficou grande demais nos anos Dilma, agora é o oposto?**

Coutinho: O BNDES está mais caro do que o mercado, então não é surpresa que haja vários setores pagando antecipada e seletivamente empréstimos tomados em momentos de dificuldade, com taxa de risco mais alta. Enfim, nós temos um movimento conjuntural, que infelizmente está contaminado por uma agenda de promessas fiscais, como o cumprimento da regra de ouro. Daí você enxuga o BNDES por uma razão prática, de risco, porque as regras fiscais também criminalizam de uma maneira muito rígida a autoridade. A União não pode ter um engessamento que vai além da vontade política. Há um desejo de que o crescimento volte, mas as condições ainda não estão dadas, e nessas circunstâncias você está enxugando uma ferramenta que é preciosa para o futuro.

**Valor: No caso da infraestrutura, há ainda os problemas do segmento da construção, que foi devastado após a operação Lava-Jato...**

Coutinho: Este é um problema que explica em parte a retração do crédito, já que a dificuldade de colocar em funcionamento de modo efetivo um sistema de leniência da pessoa jurídica obstou um processo de reestruturação e retomada. A multiplicidade de atribuições e de leis no Brasil é que criou esse impasse. No mundo inteiro, ou você tem um guichê único ou tem uma instituição para centralizar este tipo de negociações. A demora para concluir de maneira ágil esses processos necessários de depuração pelos quais estamos passando é contraproducente até para a capacidade de pagamento das penalidades pelas empresas. Algumas, então, começam a entrar em falência e recuperação judicial, porque não conseguem rodar de novo com a nova governança. O resultado é que há um volume muito grande de ativos à venda, paralisados, em alguns casos até deteriorando, e não há investimento, porque o compliance dos interessados nas aquisições não deixa, os bancos não financiam, e menos ainda os públicos. Há movimentos que indicam que a questão está sendo

endereçada pelas autoridades competentes e espero que se resolva, pelo bem do país.

**Valor: O BNDES e vários de seus funcionários foram alvo da operação Bullish, como está o processo?**

Coutinho: A integridade do BNDES, dos seus quadros técnicos, dos seus quadros de gente, é amplamente reconhecida. A disposição a esclarecer todas as operações sempre esteve presente e tenho absoluta confiança de que prevalecerá no fim a compreensão a respeito da lisura de todos os processos na instituição.

**Valor: O sr. está conversando com economistas de candidatos?**

Coutinho: Confesso que não. Estou bastante concentrado no fechamento desse trabalho (sobre a indústria para a CNI), mal tenho tempo de escrever. "Defendo que haja um Estado forte, mas ele precisa ser muito eficaz e para isso tem que avançar no tempo"

**Valor: O governo lançou na semana passada uma linha de R\$ 8,6 bilhões para financiar a indústria 4.0. É um bom começo?**

Coutinho: É uma boa iniciativa. A questão é que só ter uma linha... Para adotar o 4.0, você precede da necessidade de 'retrofitar'... porque você está montando uma fábrica ou colocando maquinário novo que já conversa com internet e já tem capacidade computacional para fazer 'machine learning'. Agora, se você tem um parque industrial sem isso.. Como a Alemanha está fazendo? Projetos em que instala-se sensores de radiofrequência, que se comunicam com a internet, gerando 'gateways' que concentram aquela informação, articulam com o computador e processam. Isso demanda um projeto customizado, e no Brasil há várias empresas vendendo, inclusive com startups já de olho, serviços de reestruturação. E o mais interessante é que não é necessário fazer isso no sistema inteiro de uma vez só. Você pode escolher um bloco da área de produção, fazer aquele pedaço, depois colocar o outro.

**Valor: Mas a Alemanha está mais avançada na indústria 4.0.**

Coutinho: As empresas líderes estão muito avançadas em ter o 4.0 dentro da empresa, mas ainda não têm a cadeia produtiva. Por isso, o governo alemão criou um programa que concede subsídio à engenharia avançada dentro das empresas, para montar um projeto de digitalização da cadeia produtiva. Então o 4.0 ideal pega toda a cadeia fornecedora, até o consumidor, digitaliza tudo, acumula dados, cria um potencial de aplicação de inteligência artificial. É um mundo novo. O que me preocupa é que é necessário criar incentivos ao usuário para migrar e nisso você tem muita engenharia, uma engenharia nova, não é a velha, de eletrônica e software.

**Valor: Há efeito do avanço tecnológico também na gestão pública?**

Coutinho: Mudanças na tecnologia da informação abrem oportunidades para informatizar e mudar profundamente o Estado. Defendo que haja um Estado forte, mas ele precisa ser muito eficaz e para isso tem que avançar no tempo. Não pode ser um Estado prisioneiro de carimbos. Há ganho de unificação de cadastro, cartorário, isso gera ganhos tremendos de eficiência. A maneira de fazer isso é promover uma revolução no Estado em termos de eficiência.

**Valor: O PSI é um programa muito criticado por economistas mais liberais. Há quem diga que as empresas tomavam dinheiro barato e aplicavam. Isso ocorreu?**

Coutinho: Como os recursos do PSI estavam totalmente vinculados à compra de equipamentos, o empresário não podia pegar, botar no bolso e aplicar. Ele tinha que comprar o equipamento. Você pode dizer: troquei o funding. Mas ele tomou uma decisão de investimento em ativo fixo. Uma outra discussão dos economistas é que o PSI teria provocado uma antecipação de compras. Há duas visões: uma de que esse ciclo de antecipação pode ter sido pouco eficiente, que formou muita capacidade etc. Mas há uma outra, de que a idade média do parque de máquinas no Brasil é muito alta, a introdução de máquinas novas melhora a eficiência. Esse tema precisaria ser analisado mais profundamente. Se houve uma antecipação de compras, é um pouco prematuro concluir que isso foi só negativo, que gerou um ciclo artificial, que houve um excesso de acumulação de capital. Mais de metade do PSI foi acessado por pequenas empresas, porque nós estabelecemos tetos. Houve um período curto em que as taxas de alguns programas pontuais talvez tenham ficado baixas demais, mas isso não impediu que, em seu conjunto, o efeito do PSI tenha sido positivo para o investimento e para o desempenho da economia.

**Valor: O banco foi alvo de outras críticas..**

Coutinho: Existem mitos que colaram e que são absolutas inverdades. Por exemplo: que o BNDES colocou dinheiro subsidiado nos investimentos [em ações] feitos em grandes grupos. Os investimentos todos foram feitos pela BNDESPar [braço de participações do banco] com dinheiro a custo de mercado, em base de mercado, que gerou resultados. A BNDESPar não só gerou lucros, como gerou caixa, sempre foi lucrativa. Aliás, no ano passado, salvou o balanço do banco. Mas independentemente disso a BNDESPar sempre foi geradora líquida de caixa para o sistema BNDES. Ela não usou dinheiro que veio do Tesouro, ela gerou seu próprio caixa, financiou seus investimentos em bases de mercado, sem nenhum centavo de subsídio, e ainda gerou caixa para o resto do sistema BNDES. Então não tem nenhum fundamento a tese de que foi colocado dinheiro subsidiado nas grandes empresas. Isso é falsa narrativa, não corresponde à verdade.

**Valor: Nos demais países as políticas de incentivo à inovação são mais horizontais?**

Coutinho O que vem prevalecendo em vários países é uma combinação de reforço muito grande à política de inovação com incentivos horizontais que

começam com a formação de recursos humanos altamente qualificados, com a montagem de ecossistema de inovação, em que você combina laboratórios avançados, públicos ou público privados, com um 'networking' de empresas privadas e com o 'networking' de universidades. Isso é inclusive uma coisa em que o Brasil está atrasado, porque é difícil a conexão entre universidade e empresa, e os ecossistemas brasileiros são relativamente frágeis. Existem poucos ecossistemas onde há inovação. A aeronáutica é um exemplo, com ecossistema de inovação, uma empresa líder, um instituto tecnológico, laboratórios, um 'networking' internacional.

**Valor: Como o senhor vê uma eventual junção da Embraer com a Boeing?**

Coutinho: A Embraer tem uma capacitação diferenciada, de excelência, em desenvolvimento de novos produtos e integração de sistemas. Minha grande preocupação em relação ao futuro diz respeito à preservação e ao fortalecimento desta capacitação da empresa e do ecossistema de inovação no seu entorno. Neste sentido, qualquer solução que debilite essas características virtuosas, que resultaram de décadas de aprendizado, será negativa para o país e deve ser evitada. A manutenção de empregos no Brasil é importante mas, muito mais importante, será a preservação deste ecossistema, cujo desenvolvimento deve ser assegurado no longo prazo, com autonomia.

**Valor: Em que pontos o país mais precisa avançar neste momento para se desenvolver?**

Coutinho: Não há dúvida de que o país precisa de reformas modernizadoras. A começar pela intensa aplicação das novas tecnologias de informação no Estado brasileiro, para torná-lo muito mais eficaz, forte, eficiente e capacitado. O sistema tributário precisa ser reformado para ser socialmente equânime e mais eficiente para a competitividade industrial. Ante a poderosa onda de inovações tecnológicas disruptivas, todas as políticas públicas merecem revisão profunda, com destaque à educação, para formar cidadãos e trabalhadores qualificados, e à saúde, que precisa se ajustar aos desafios do novo paradigma da medicina avançada. A infraestrutura também requer mudanças, com planejamento de longo prazo e preparação técnica de uma grande carteira de projetos. O sistema de financiamento de longo prazo deve ser fortalecido, e a política monetária aperfeiçoada e desindexada da Selic para finalmente alcançarmos juros reais perenemente mais baixos.

## **Dívida interna tem menor custo da série histórica**

### **Valor Econômico - 27/03/2018**

A queda da inflação e da taxa básica de juros fizeram o custo da dívida interna chegar ao fim de fevereiro no menor patamar da série histórica, iniciada em 2005. A média ficou em 9,93% ao ano - mais de dois pontos percentuais abaixo de um ano atrás, quando estava em 12,39%.

Segundo o coordenador-geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, Luiz Fernando Alves, a redução dos juros é a principal causa para a queda, em



movimento que responde à queda da inflação - que também impacta o custo médio da dívida pública. "Esse ambiente mais favorável, com menores taxas de juros e inflação, contribui para a redução do custo", disse. Mais de 60% da dívida interna é influenciada diretamente pela inflação e pelos juros.

No caso da dívida pública total, que considera também as emissões feitas fora do país, o custo médio do estoque acumulado nos últimos 12 meses teve redução de 10,06% ao ano em janeiro para 10,01% em fevereiro e é o menor desde abril de 2010.

Apesar de ressaltar que é difícil fazer uma projeção sobre como se comportará o custo da dívida no decorrer do ano, Alves destacou que a estabilidade econômica deve continuar favorecendo a percepção de menores riscos e ajuda na melhora dos indicadores de dívida. "Se isso não for confirmado, o investidor voltará a colocar isso no preço", afirmou.

De qualquer forma, Alves afirma que o Tesouro contempla diferentes variáveis em seu Plano Anual de Financeiro (PAF). Dentro dos cenários mais pessimistas, já é considerada, por exemplo, a não aprovação da Reforma da Previdência - que seria "uma variável adversa no médio prazo".

Outras fontes de incerteza para os investidores já influenciam os números, na visão do Tesouro. A corrida eleitoral no país e questões externas como o aumento da taxa de juros pelos Estados Unidos são fatores que deixam investidores, principalmente estrangeiros, mais cautelosos. No caso dos não-residentes, a participação na dívida caiu de 12,41% em janeiro para 12,39% em fevereiro.

Para a coordenadora de Operações da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Márcia Tapajós, é "natural" que em ano de eleição os investidores estrangeiros estejam mais cautelosos. "Os Estados Unidos estão subindo juros e Brasil está em ano de eleição. Todos observam com mais cuidado e os não-residentes também estão cautelosos, mas ativos", disse.

Em valores absolutos, a participação dos estrangeiros subiu de R\$ 422,64 bilhões em janeiro para R\$ 428,32 bilhões em fevereiro. "Eles não estão se desfazendo [dos investimentos]", defendeu. Para ela, os números ainda tímidos são reflexo de um ambiente incerto. "Na medida em que há mais clareza, isso tranquiliza qualquer investidor. Isso é o que ainda não temos. Qualquer definição auxilia num novo reposicionamento desses investidores", afirmou.

Já as entidades de Previdência diminuíram sua participação pelo segundo mês consecutivo e, no ano, já retiraram R\$ 30 bilhões do estoque da dívida pública interna. Com isso, a participação desses investidores no total da dívida interna caiu de 25,5% ao fim de 2017 para 24,4% em fevereiro de 2018.

Márcia afirma que a diminuição da participação dos grupos da Previdência na dívida pública é decorrente da recente alteração, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de uma resolução sobre os prazos de investimento. O objetivo foi reduzir gradualmente a exigência de prazo médio de repactuação de

entidades de previdência, até extingui-lo. Como a exigência desconsiderava derivativos, isso causava uma elevada demanda por títulos prefixados "casados".

No total, a dívida pública registrou uma alta nominal de 1,53% na passagem de janeiro para fevereiro, somando R\$ 3,582 trilhões. O número está dentro das metas estabelecidas pelo Tesouro em seu Plano Anual de Financiamento (PAF), que determina que o estoque deve oscilar entre R\$ 3,78 trilhões e R\$ 3,98 trilhões em 2018. Já a Dívida Federal Externa somou R\$ 125,59 bilhões (US\$ 38,7 bilhões), o que representa um aumento de 2,23% contra janeiro.

## **Medida ataca concentração bancária e verticalização Valor Econômico - 27/03/2018**

Ao instituir um teto para a chamada taxa de intercâmbio nas operações com cartões de débito, o Banco Central procurou corrigir distorções com impacto negativo sobre a competição na área de cartões: a concentração bancária em poucas instituições e também a forte verticalização das operações do setor de cartões. Talvez o BC não tenha mirado os dois alvos especificamente, mas certamente a medida tem impacto sobre ambos. O fato é que o BC entendeu que havia excessos na cobrança da taxa de intercâmbio que vinham inibindo a concorrência no segmento de débito com cartões. A autoridade deixou claro ainda que avalia efeito semelhante sobre o segmento de cartões de crédito, tido como mais complexo.

Para entender os efeitos da medida e seu propósito, é preciso entender o conceito de taxa de desconto, ou MDR (de "merchant discount rate"), que é aquilo que credenciadoras como Rede, Cielo ou GetNet cobram do lojista que aceita pagamento com cartões. Nesse bolo tem a fatia que cabe ao emissor, que é o intercâmbio, e os royalties pagos às bandeiras, que organizam os esquemas de pagamentos. Os emissores são os bancos, que cumprem o papel de imprimir os cartões e entregá-los aos consumidores.

Embora as bandeiras é que definam a taxa de intercâmbio, como há poucos grandes emissores no Brasil, esses têm um grande poder de barganha nas negociações. Por exemplo: se um banco quer que a bandeira lhe pague uma taxa de intercâmbio maior, pode começar a emitir mais cartões da bandeira concorrente. Ou seja, têm um grande poder para pressionar por uma remuneração maior.

Ao impor um limite à taxa de intercâmbio, como fez ontem, o Banco Central limita esse poder de barganha dos bancos emissores.

Ao mesmo tempo, nos últimos anos os maiores bancos no Brasil criaram suas próprias bandeiras, como Elo (Banco do Brasil e Bradesco) e Hiper (Itaú), numa estratégia de verticalização da operação, com o objetivo de manter os ganhos dentro de casa. Se pode concentrar a emissão de cartões em sua própria bandeira, o poder de barganha do banco emissor perante as demais bandeiras só aumenta.

Como os mesmos bancos possuem ainda suas credenciadoras (Itaú com a Rede; Bradesco e Banco do Brasil com a Cielo; e Santander com a GetNet), conseguem atuar em quase todas as etapas da cadeia de cartões: bandeira, emissor e credenciador de estabelecimentos comerciais. Com essa configuração, esses agentes conseguem escolher em qual elo da cadeia do negócio de cartões vão concentrar os ganhos das operações.

Quando aumentam a taxa de intercâmbio, concentram os ganhos na emissão e na sua própria bandeira, enquanto inibem a concorrência de novas credenciadoras de cartões. Quando fechou o capital da Redecard, hoje Rede, anos atrás, o Itaú buscou se apropriar da totalidade dos benefícios dessa verticalização, sem dividi-los com os acionistas minoritários. É o exemplo mais bem acabado da verticalização em cartões hoje, já que a Cielo segue negociada em bolsa.

Em resumo, a medida do BC busca que o usuário de cartão pague tarifas menores, via repasses, ao mesmo tempo em que procura manter as condições de concorrência para novas credenciadoras não ligadas aos grandes bancos, como Stone, SafraPay, PagSeguro e outras. Se tudo funcionar como o BC propõe, perdem com a medida os grandes bancos que estão em todas as pontas da cadeia.

## **Juros do crédito rotativo sobem a 333,9% ao ano** **O Globo - 27/03/2018**

Mesmo com as medidas tomadas pelo governo para forçar uma queda nos juros do cartão de crédito rotativo, as taxas continuam em alta para os consumidores. Em fevereiro, o custo dessa modalidade atingiu 333,9% ao ano (13% ao mês) — alta de 5,9 pontos percentuais (pp) na comparação com janeiro, segundo relatório divulgado ontem pelo Banco Central (BC). Para quem não conseguiu pagar nem o mínimo da fatura e ficou inadimplente, a alta foi ainda maior: de 10,1 pp, alcançando 397,5% ao ano (14,3% ao mês).

Na tentativa de reduzir os juros do cartão de crédito, o governo mudou, em abril do ano passado, a regra de pagamento dessa modalidade. Se o consumidor ficar por mais de 30 dias no rotativo, as instituições financeiras devem oferecer uma linha mais barata para financiar a dívida, com juros menores.

Ainda assim, os juros permaneceram elevados mesmo para quem renegociou a dívida do cartão. Em fevereiro, a taxa para pagamento parcelado atingiu 174,3% ao ano (8,8% ao mês) — a mais alta da série do BC, iniciada em março de 2011. Entre janeiro e fevereiro, o percentual subiu 6,5 pp e em 12 meses, 10,8 pp. Já a taxa do cheque especial caiu ligeiramente em fevereiro e ficou em 324,1% ao ano (queda de 0,6 pp), ainda em patamar elevado (12,8% ao mês).

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, disse que os juros do cartão de crédito e do cheque especial subiram porque os consumidores voltaram a depender dessas modalidades, que são as mais

caras. Ele lembrou que os saldos das operações caíram em dezembro porque as pessoas receberam o 13º e usaram o dinheiro para pagar dívidas.

## **Servidor: distorção faz chefe ganhar menos que subordinado**

**O Globo - 27/03/2018**

A distorção na estrutura de carreiras do funcionalismo público no Brasil chegou a tal ponto que alguns salários iniciais podem ser maiores do que a remuneração de cargos de chefia estratégicos. De acordo com o Ministério do Planejamento, o cargo chamado DAS 6 — a remuneração básica de secretários dos ministérios, diretores do Banco Central e dirigentes das agências reguladoras quando essas pessoas vêm do setor privado — é hoje de R\$ 15.480. Isso faz com que, em muitos casos, os chefes ganhem menos que os subordinados. O valor é menor, por exemplo, do que o recebido por um gestor em início de carreira (R\$ 16.934), um auditor (R\$ 19.211) ou um servidor da área jurídica do governo (R\$ 19.198).

Os números fazem parte de um levantamento feito pelo exministro do Planejamento e da Fazenda Nelson Barbosa que será apresentado hoje em fórum da Escola de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV). O trabalho destaca que a distorção desestimula a entrada de profissionais da iniciativa privada no setor público e faz com que a administração pública seja dominada por servidores que “tendem a atuar como líderes de pressões corporativas”.

### Reestruturação de carreira

Barbosa ressalta que a atual forma de estrutura das carreiras (na qual os servidores atingem o topo muito cedo) contribui para que o governo sofra pressões para conceder reajustes cada vez maiores nas negociações com as categorias. Na opinião do ex-ministro, caso o governo não rediscuta a estrutura de carreiras, ao fim de 2018, após as eleições, o Judiciário — que tem as maiores remunerações e serve de referência para os salários das demais carreiras — tenderá a pressionar por outro forte reajuste salarial. Isso poderá criar um efeito cascata no funcionalismo, com impacto nas contas públicas. O estudo do ex-ministro mostra que as despesas com folha de pagamento responderam por 43% do gasto primário do governo geral entre 2002 e 2015.

O governo Michel Temer apresentou no ano passado as linhas gerais de uma reestruturação de carreiras para o funcionalismo. O projeto está parado na Casa Civil. A ideia básica é ampliar de 13 para 30 o número de degraus para que um servidor chegue ao topo da carreira. Na carreira de gestor, por exemplo, um servidor ingressa no funcionalismo com salário de R\$ 16.934 e atinge o topo em 13 anos, passando para uma remuneração de R\$ 24.143. A ideia do governo é que o ganho inicial seja em torno de R\$ 5 mil (em linha com o setor privado) e que o servidor, só depois de 30 degraus, alcance o topo da carreira.

A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) defende que as pessoas que entram no serviço público por indicação política têm de receber menos que os servidores.

— Quem vem de fora é QI, quem indica. Não tem confiança e não tem responsabilidade com o Estado — disse o diretor de Relações Institucionais e responsável por assuntos da área federal da CSPB, João Paulo Ribeiro. — Funcionário público de carreira tem de ser valorizado com salário condizente com o de mercado para diminuir a corrupção.

## **As saúvas, a política e o corporativismo** **O Estado de S. Paulo 27/03/2018**

### **Nathan Blanche**

Como venho alertando desde o ano passado, o caminho que trilham as contas públicas do Brasil é muito perigoso. O risco de os gastos federais romperem o teto constitucional, principalmente a partir de 2019, alimenta as suspeitas de descontrole das despesas públicas e a retomada da discussão sobre a solvência fiscal do País.

O fracasso da reforma da Previdência foi o tiro de misericórdia do Congresso Nacional, pois ela é condição necessária, ainda que insuficiente, para evitar a ruptura das normas constitucionais já a partir do ano que vem. Em 2016, ano anterior à vigência do teto dos gastos, as despesas previdenciárias do Regime Geral representavam 41% do Orçamento da União, tendo subido para 44% em 2017, o primeiro ano de vigência do teto. Sem uma dura reforma da Previdência essa tendência crescente deve fazer com que esses gastos superem pouco mais da metade do Orçamento entre 2021 e 2022.

O crescimento explosivo dos dispêndios da Previdência tem sido o maior responsável pelo aumento do déficit da Seguridade Social, que em 2017 atingiu 4,4% do produto interno bruto (PIB) – R\$ 292,4 bilhões –, ante um déficit de 4,1% do PIB em 2016, apresentando, portanto, piora, mesmo com o PIB tendo crescido 1% no ano passado.

Nesse período, as despesas discricionárias, que incluem o custeio dos serviços públicos (excluindo pessoal) e os investimentos em capital, foram reduzidas de 22,7% para 19,7% das despesas totais do governo. Na ausência da reforma da Previdência e sendo a única variável de ajuste, essas despesas sofrerão cortes sucessivos para sustentar o teto do gasto, encolhendo para 13% em 2022 (supondo queda real anual de 10% desse gasto). A retração dos investimentos públicos teve impacto decisivo para a queda da formação bruta de capital fixo, que sofreu retração da ordem de 30% no período de 2014 a 2017.

Infelizmente, há sinais de que políticos e assessores de possíveis presidenciais estudam formas de driblar os mandamentos fiscais, com a possível flexibilização da regra de ouro e do teto do gasto, o que seria uma forma de proteger o próximo presidente de eventual crime de responsabilidade.

Um eventual afrouxamento das amarras fiscais presentes na Constituição, especialmente antes de reformas essenciais, deve elevar a percepção de risco dos agentes com relação à questão fiscal, ameaçando a consolidação do ciclo de expansão econômica.

A era das escolhas fáceis ficou para trás. Ou o Brasil acaba com a “saúva” ou a “saúva” acaba com o Brasil. A classe política deve incorporar de uma vez por todas o conceito econômico de restrição orçamentária e sinalizar para a sociedade brasileira que os recursos são escassos e devem ser, portanto, alvo de escolhas alocativas. Cada real gasto com a Previdência, por exemplo, significará menos real gasto em educação, saúde e segurança ou em infraestrutura. Cabe à política intermediar essa disputa por recursos. A responsabilidade fiscal deve ser, portanto, um valor de toda a sociedade, independentemente de ideologias ou de preferências alocativas.

Daí a importância de se mobilizar o apoio dos mais variados segmentos à continuidade da atual agenda reformista, desde classes representativas dos trabalhadores e empresários até demais organizações da sociedade civil e imprensa. A economia política brasileira no pós-Constituição de 1988 gerou um desequilíbrio perverso para o desenvolvimento sustentável. A crescente demanda pela presença do Estado nas mais diversas searas resultou em aumento do endividamento público e da carga tributária. Essas duas saídas não têm viabilidade no futuro.

O risco fiscal latente, em conjunto com a falta de legitimidade da classe política para exigir maior esforço da sociedade para fechar as contas, aponta para a necessidade de eleger prioridades.

A solução para a crise fiscal não se encontra apenas no plano econômico. Na verdade, a restauração da normalidade democrática e a recuperação da legitimidade da classe política são essenciais para o debate em torno das prioridades da sociedade brasileira no futuro.

A “bagunça” no âmbito institucional, resultado do desentendimento entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a corrupção sistêmica e a tentativa do funcionalismo público e do Judiciário de frear mudanças para manutenção de seus privilégios e interesses corporativos resultam na total falta de credibilidade, perante a sociedade, não somente do Congresso Nacional, mas também da capacidade das lideranças políticas de fazerem uma boa gestão dos recursos públicos. Em meio a esse complicado cenário socioeconômico temos as eleições presidenciais e legislativas deste ano.

É imperativo o surgimento de uma coalizão político-partidária que apresente um programa de governo baseado em diagnóstico que combine reformas econômicas necessárias para garantir não apenas o crescimento econômico sustentável, mas o aumento da eficiência do Estado na provisão de serviços públicos essenciais para uma sociedade civilizada.

A eventual eleição de populistas de esquerda ou de direita deve ter um custo econômico muito elevado. Não se trata de escolher o novo messias, mas de

criar mecanismos para superar a herança maldita de 13 anos de poder dos ditos socialistas populistas da América latina.

A calma com a economia brasileira pode ser pontual. Se o caminho da política econômica responsável e a agenda de reformas forem abandonados, o País voltará a trilhar o caminho da bancarrota, da estagnação e da inflação, com elevados custos sociais.

O jogo presidencial é o divisor de águas. Uma escolha equivocada deixará um legado amargo por muito tempo. Que a sociedade, formadores de opinião e líderes políticos estejam à altura dos desafios impostos por esse momento-chave da História brasileira.

## **Nós, a economia e os bancos**

### **Correio Braziliense - 27/03/2018**

Pedro Lobato

Já passa da hora de fazer algo em favor de quem produz, vende, transporta e, principalmente, compra tudo o que precisa e o que deseja. A esta altura (melhor dizendo, baixura) da taxa básica de juros, a Selic, chegam a ser escandalosas as taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro. Tão altas que impedem que a economia deslanche de vez, trazendo de volta os empregos perdidos.

É antiga, mas nunca foi tão válida, a constatação de que a economia se tornou maior do que o dinheiro existente no mundo. Ou seja, há sempre mais a produzir, a transportar e a consumir do que o dinheiro disponível para pagar as despesas. Foi aí que inventaram o crédito (antes disso, já tinham inventado os impostos).

Em resumo, as pessoas que tinham dinheiro sobrando poderiam emprestar para os que queriam produzir ou precisavam consumir e não tinham caixa para isso. Mas, para funcionar, o empréstimo nada teria a ver com a caridade. Teria prazo definido e uma taxa de “aluguel” acrescida ao valor original. Essa coisa pegou como fogo na gasolina e a atividade de intermediação financeira se tornou um dos mais importantes negócios do mundo.

Hoje, bancos, financeiras e corretoras que atuam nesse mercado alcançaram um elevado grau de sofisticação, tanto na captação de “sobras” para emprestar, como na definição dos planos de financiamento concedidos.

Gastadores contumazes, os governos também passaram a contar com a eficiência da intermediação financeira. Insaciáveis, os governos não se contentam com o que arrecadam com os impostos e apelam para os empréstimos. Fazem isso emitindo títulos da dívida pública e acabam se tornando o maior tomador do mercado.

A diferença entre o Estado e o comum dos mortais tomadores de crédito é que somente ele pode definir quanto vai pagar pelo aluguel do dinheiro alheio. Essa é a famosa taxa básica de juros da economia (no Brasil, também chamada de Selic), pois é a partir dela que o mercado definirá quanto vai pagar pelo dinheiro que capta dos clientes que têm sobras e quanto vai cobrar dos que precisam de empréstimos. Da correta calibragem da taxa básica de juros depende, ou deveria depender, todo o mercado de crédito.

É por isso que ela passou a ser um poderoso instrumento de controle da inflação: ao aumentar a taxa, a economia passa a ter mais juros, menos consumo, menos pressão sobre os preços. Mas, por ter efeitos colaterais, a autoridade deve reduzir a taxa básica tão logo a inflação caia (e não antes disso), invertendo aquela fórmula e voltando a estimular a atividade econômica.

Selic baixa, juros altos

É o que vem fazendo o Banco Central. Na semana passada, a autoridade monetária baixou pela 11ª vez seguida a taxa Selic que, em 20/10/2016, estava em 14,25% ao ano e, agora, está em 6,5%, o nível mais baixo em muitos anos. Esses cortes vieram na cauda da queda acelerada da inflação, em grande parte provocada pela derrocada da economia, iniciada em 2014 e só amenizada em 2017.

Mas, ao contrário do que seria normal esperar, essa queda tão expressiva da Selic nem de longe vem ocorrendo nas taxas de juros cobradas pelos bancos de quem toma crédito. Segundo estudo divulgado pela Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), entre outubro de 2016 e fevereiro de 2018, enquanto a Selic caiu 52,6%, a taxa média cobrada no crédito ao consumidor (pessoa física) teve redução de apenas 15,1%, passando de 157,5% para os ainda escorchantes 133,7% ao ano.

Criticados por isso, os três maiores bancos do país deram um acanhado fresco nessas taxas horas depois do último corte (para 6,5%) na Selic, na semana passada. Mas nem fez cócegas nos inaceitáveis juros praticados no Brasil. Na verdade, o chamado spread, que é a diferença entre o que os bancos pagam aos investidores e o que cobram dos tomadores de crédito, tem aumentado em vez de diminuir, a despeito da queda da Selic.

Além do custo de captação e das despesas de administração, o spread engloba ainda a carga tributária, o medo do calote e, é claro, o lucro do banco. O sistema reclama que os impostos são pesados e que o risco de inadimplência aumenta com o desemprego. Como em qualquer setor, quem paga os tributos é só o consumidor. Quanto ao eventual calote, trata-se de um risco inerente ao negócio e, portanto, não é justo transferi-lo integralmente ao tomador do crédito.

Segurança jurídica e concorrência

Já o lucro, ninguém nega ser ele a razão da atividade econômica. Mesmo assim, deve haver limite, não pela lei (erro clássico das escolas intervencionistas), mas pela concorrência saudável. Hoje, cerca de 90% de todo o crédito concedido no país é controlado por apenas cinco bancos. Em



vez de facilitar a concentração, é hora de estimular o aumento do número de concorrentes, inclusive estrangeiros. Para isso, é urgente garantir segurança jurídica, responsabilidade fiscal, crescimento econômico e fortalecimento democrático. É isso que deveríamos buscar na reconstrução do Brasil.

## **Crise dos sindicatos faz Dieese perder metade do orçamento**

**Correio Braziliense - 27/03/2018**

O Dieese, principal entidade de apoio aos sindicatos de trabalhadores do país, vive a pior crise financeira de sua história. Com a situação crítica do movimento sindical, sua principal fonte de receita, o instituto corre até o risco de fechar. Em apenas três anos, o orçamento da instituição caiu de R\$ 42 milhões para R\$ 21 milhões, e 100 funcionários foram desligados. O quadro atual é de 250 colaboradores, mas a direção não descarta novos cortes ainda em 2018, reduzindo o número para 150 pessoas. O principal problema é a inadimplência dos sindicatos, que não estão quitando as mensalidades. “Eles estão com dificuldade para pagar e vamos ter que nos reorganizar”, diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese. Para se adequar aos novos tempos, o instituto decidiu cortar o que pode. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), referência no meio sindical, deixou de ser realizada em três regiões metropolitanas (Fortaleza, Recife e Belo Horizonte). O levantamento da cesta básica, que era feita nas 27 unidades da Federação, perdeu seis capitais, e pode perder mais nos próximos meses.

## **Entidades patronais perdem cerca de 80% do imposto sindical**

**Valor Econômico - 27/03/2018**

A reforma trabalhista começa a descortinar efeitos dramáticos para as finanças de entidades sindicais, profundamente afetadas pelo fim da obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical. As organizações patronais são as primeiras a amargar perdas. Números atuais da arrecadação da contribuição mostram que elas tiveram redução de cerca de 80% em 2018 na comparação com o ano passado, considerando as maiores confederações e federações setoriais, além das 20 entidades empresariais que mais arrecadam.

Essas organizações patronais em todo o país recolheram mais de R\$ 300 milhões em janeiro de 2018. Em todo o ano passado, o valor global arrecadado somou R\$ 1,4 bilhão, o que indica que o buraco no caixa das entidades pode chegar a R\$ 1,1 bilhão se os recursos não entrarem ao longo do ano.

Embora a informação disponibilizada pelo Ministério do Trabalho via Lei de Acesso à Informação (LAI) traga períodos distintos para cotejamento, a diferença de R\$ 1,1 bilhão representa a perda potencial que as entidades

devem sentir em seus orçamentos neste ano. Isso porque o imposto sindical é recolhido em 31 de janeiro. Depois disso, eventuais entradas no caixa são consideradas residuais. Já o recolhimento-base das entidades de trabalhadores é 31 de março.

O derretimento é geral. Pequenos sindicatos e grandes confederações são atingidos pelas novas regras introduzidas pela reforma trabalhista. Chama atenção o enfraquecimento das receitas das federações estaduais de comércio e das indústrias, que são as maiores potências arrecadadoras entre as entidades patronais.

No fechamento de janeiro deste ano, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) contabilizou só R\$ 2,3 milhões de entrada do imposto sindical contra uma arrecadação de R\$ 16,9 milhões ao longo de todo ano de 2017, uma queda de mais de 85%. Paulo Skaf, presidente da Fiesp, esperava zero e se surpreendeu com o valor.

"O que entrou foi completamente voluntário, não pedimos. Também não contamos com compensação do Sistema S. Fizemos um ajuste, reduzindo custos, para cobrir os 15% que o imposto sindical representava no orçamento", explica Skaf. Ele admite que isso incluiu renegociação de contratos, junção de departamentos e cortes.

A redução da arrecadação do imposto sindical e de outras receitas da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) começou com a recessão econômica de 2014 e 2015. Desde então a entidade vem "reorientando suas despesas", conta o vice-presidente-executivo Ricardo Maia.

Entidades patronais perdem cerca de 80% do imposto sindical

"Não estamos fazendo cortes agora. Ajustes de custos e estrutura já ocorreram nos últimos três anos em todo o Sistema Firjan, decorrentes da redução do emprego no Rio e em consequência da queda na arrecadação da contribuição compulsória sobre folha, nossa outra fonte de receita. Nossa estrutura de atendimento foi reduzida em 30%", completa ele.

A queda de arrecadação da Firjan do imposto sindical em 31 de janeiro de 2018 na comparação com o ano passado foi de 82,5%, para R\$ 1,2 milhão. O dirigente da federação acrescenta que o reforço dessa receita será residual ao longo do ano. "Se ocorrer, não será nada acima de R\$ 100 mil de fevereiro a dezembro", diz Maia.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) admite que sua responsabilidade de representar 1,8 milhão de estabelecimentos comerciais e de serviços paulistas "sofrerá" com a queda de 79,1% da arrecadação do imposto sindical em apenas um ano, de R\$ 29,3 milhões em 2017 para R\$ 6,1 milhões em 31 de janeiro.

"Estamos revendo planejamento orçamentário para cumprir nossa função com as receitas existentes. Cortes, como de funcionários, redução de

representações e trabalhos institucionais, já foram observados e poderão ocorrer para haver o devido ajuste à atual realidade. Entretanto, outras receitas de serviços a serem implementados serão revertidas em favor da [atividade de] representação", informa Ivo Dall'Acqua Junior, vice-presidente da Fecomercio-SP.

O dirigente sindical lembra que há dezenas de ações protocoladas no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o fim da obrigatoriedade de pagamento do imposto sindical por parte de trabalhadores e empresas. "A Fecomercio-SP não entrou no Judiciário contra a reforma trabalhista, mas acompanha as ações que estão tramitando. Também é importante destacar que ainda existe a facultatividade do recolhimento. A tendência de queda se manterá, mas podemos ter ligeira elevação [em relação à maior parte da arrecadação registrada em 31 de janeiro] fundada na consciência do empresariado da necessidade de manutenção do sistema sindical de representação", acrescenta Dall'Acqua Junior.

Por meio de nota oficial, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) defendeu uma fonte de receita alternativa, mas não detalhou o assunto. "Esperamos que sejam criadas alternativas para substituir a contribuição sindical, preservando as atividades de representação dos sindicatos empresariais."

Já José Romeu Ferraz Neto, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusconSP), descarta qualquer possibilidade de reativação de qualquer tipo de taxa similar ao imposto sindical. "De jeito nenhum, fomos uma das primeiras entidades a defender o fim da contribuição obrigatória. Se sindicato é bom e produz resultado, as empresas vão querer ficar nele. Isso [o fim da obrigatoriedade de recolhimento do imposto sindical] é bom para acabar com os sindicatos que não representam nada, que são só burocráticos, do lado empresarial e dos trabalhadores."

Na passagem de 2017 para 2018, a perda de arrecadação do Sinduscon-SP foi de 91%, passando de R\$ 7,6 milhões para pouco mais de R\$ 600 mil. Ainda no ano passado, antes mesmo de a reforma trabalhista entrar em vigor, a entidade se reestruturou. Cortou metade dos funcionários da sede e de subsedes, terceirizou departamentos administrativos e está apostando na transformação de empresas filiadas em associadas, que pagam uma mensalidade ao sindicato.

"Temos espaço grande para crescer e ampliar nossas receitas, apesar das perdas. Temos 12 mil empresas filiadas. Desse total, nos últimos meses, já conseguimos convencer 1,2 mil a se associarem", complementa Ferraz Neto.

## **Nova política comercial dos EUA**

### **O Estado de S. Paulo - 27/03/2018**

Rubens Barbosa

Uma agenda de política comercial (Trade Policy Agenda), acaba de ser divulgada pelos Estados Unidos. O documento descreve as prioridades, os princípios e objetivos que traçarão a sua política comercial para o ano de 2018. Segundo o texto, a nova política comercial está fundamentada em cinco pilares: 1) manutenção da segurança nacional; 2) fortalecimento da economia americana; 3) negociação de melhores acordos comerciais; 4) aplicação agressiva de leis domésticas; e 5) reforma do sistema multilateral de comércio.

Dentre as iniciativas citadas no documento, destacam-se a revisão de acordos comerciais como o Nafta (Canadá e México) e a Coreia do Sul, as críticas a determinadas políticas chinesas, tidas como distorcidas, bem como ressalvas ao Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e suas decisões. O documento menciona também que será encaminhado ao Congresso americano um pedido para a renovação da Trade Promotion Authority (TPA) do presidente até 2021. O TPA funciona como uma aprovação rápida, um fast-track para a negociação de acordos comerciais, visto que o presidente passa a ter autoridade prévia para negociar acordos que serão submetidos ao Congresso, sem possibilidade de alteração.

Logo em seguida, o Departamento de Comércio publicou o resultados das investigações de segurança nacional sobre aço e alumínio. Conduzidas ao amparo da Seção 232, os relatórios das investigações sobre esses dois produtos concluíram que as atuais quantidades e circunstâncias de sua importação representam uma ameaça à segurança nacional dos EUA. As recomendações apresentadas ao presidente para remediar a situação, em ambos os setores, foram aceitas, o aço recebeu uma sobretaxa de 25% e o alumínio, de 10%.

No caso das restrições ao aço e ao alumínio, além do precedente de invocar o artigo 21 do Gatt, que autoriza os membros da OMC a aumentar tarifas “se for considerado necessário para a proteção de seus interesses essenciais de segurança”, as reações dos países atingidos podem provocar uma escalada protecionista e o envolvimento da OMC para tentar resolver o conflito. Qualquer decisão do Órgão de Apelação da OMC poderá agravar ainda mais a precária situação da Organização. Se for aceita a fundamentação do critério de segurança nacional, em tempos de paz, ficaria estabelecido o precedente que poderá ser invocado por todos os outros países. E se se condenar os EUA por práticas discriminatórias, contrárias às regras vigentes, o governo de Washington poderá retirar-se da OMC, abalando de vez as frágeis estruturas do sistema multilateral de comércio.

As normas do mecanismo multilateral de comércio atuam como elemento de dissuasão para a escalada protecionista no mundo e seu desmantelamento significaria a desordem internacional, deixando os países em desenvolvimento sem um importante recurso contra medidas protecionistas. Canadá e México foram isentados temporariamente das sobretaxas enquanto são renegociados os termos do Nafta. No caso de Brasil, Argentina, União Europeia, Coreia do Sul e Austrália está sendo feito esforço no sentido de isentar produtos que afetam negativamente as duas partes e a tendência é a aplicação de restrições

voluntárias de exportação com quotas menores de cada um desses países, de modo a permitir o aumento da produção nos EUA.

No último dia 23 o governo norte-americano anunciou medidas unilaterais adicionais contra a China: restrições à entrada de produtos chineses que poderiam alcançar US\$ 60 bilhões e plano para impor novas restrições a investimentos chineses em equipamentos robóticos, aeroespaciais, marítimos e ferroviários modernos, veículos elétricos e biofármacos. No âmbito da OMC, os EUA vão pedir a abertura de processo contra regras de licenciamento de tecnologia que impedem empresas dos EUA de competir no mercado chinês e a possibilidade de medidas contra práticas chinesas de propriedade intelectual. As sanções incluiriam restrições a investimentos nos EUA, entraves à emissão de vistos para pesquisadores chineses e confrontos diretos na OMC sobre práticas comerciais chinesas, que incluiriam guerra digital, entrega de segredos comerciais e formação de parcerias com empresas chinesas, dentro do programa Made in China 2025, que objetiva o desenvolvimento de indústrias nacionais de interesse estratégico. O Congresso norte-americano está avaliando legislação que reforçaria o controle nacional de segurança do investimento chinês.

Em recente relatório, o Departamento de Defesa mostrou que o aumento do investimento chinês no Vale do Silício, na Califórnia, está dando à China acesso sem precedentes às tecnologias militares do futuro e aumentando a propriedade do país das cadeias de suprimento que atendem às Forças Armadas dos EUA. A reação da China veio imediatamente, com a divulgação de lista de 128 produtos americanos que poderão ser alvo de sobretaxas para equilibrar as perdas causadas pelas tarifas sobre o aço e o alumínio.

Essas medidas protecionistas para defender empresas que perderam competitividade em relação o resto do mundo e para evitar que empresas de avançado estágio tecnológico passem para o controle chinês, com importantes e estratégicos segredos comerciais, trazem grandes riscos para o comércio internacional e para o próprio sistema multilateral de comércio.

Considerada competidora estratégica, a China foi escolhida por Washington como a grande rival econômica e militar no mundo atual, com todas as consequências que isso possa acarretar. Quando a economia global e o comércio internacional crescem mais de 3,5%, a ninguém interessa uma guerra comercial entre os dois países e, muito menos, uma escalada militar confrontacionista entre os dois maiores e mais potentes países do mundo.